



AS MULHERES CHEFE DE DOMICÍLIO DE CURITIBA (PARANÁ) E REGIÃO (1776-1797)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3692

Francielle de Souza, UFPR

Resumo

A presente comunicação é uma explanação acerca do projeto de pesquisa apresentado e aprovado na pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, em 2016, intitulado As Mulheres chefes de domicílio de Curitiba (Paraná) e Região (1776-1797). Os objetivos da atual pesquisa giram em torno da investigação da chefia feminina nos domicílios registrados nas Listas Nominativas de Habitantes, produzidas entre 1776 e 1797, procurando traçar um perfil geral destas mulheres; produzir algumas trajetórias de vida que possam exemplificar sua posição na chefia; e compreender a relevância social e econômica desse fenômeno social, presente em diversas outras vilas do Brasil colonial, e em Curitiba. A metodologia proposta nesta fase inicial encontra suporte na Micro-história. Será necessário a leitura dos documentos, coleta e organização de dados em tabelas e o cruzamento destes dados contidos nas Listas Nominativas com os de livros paroquiais de batismo, óbitos e matrimônios do período, para nos aproximarmos mais destas mulheres. Este trabalho vem a somar aos esforços da historiografia recente sobre o Brasil colônia que busca repensar a mulher colonial a partir das relações de poder sociais e familiares, as quais fazia parte. Atualmente, encontram-se poucos trabalhos dedicados exclusivamente à análise da chefia feminina na parte meridional do território, daí a importância de se fazer um levantamento aprofundado dos dados, comparando com a bibliografia. Nesse sentido, se mostra importante também ressaltar a definição de *chefe de domicílio* e os possíveis meios que poderiam ser usados para manter esta chefia.

Palavras Chave:

Brasil colônia; família;
mulher; chefe;
sociabilidade.

O presente texto visa explicar acerca do projeto As Mulheres Chefe de domicílio de Curitiba e Região (1776-1797), aprovado na pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2016, ainda em fase de desenvolvimento inicial. Pretende-se aqui abordar as principais intenções desta pesquisa, assim como apontar a metodologia, o referencial teórico que serão utilizados, a princípio, e algumas percepções iniciais. Os objetivos da atual pesquisa giram em torno da investigação da chefia feminina nos domicílios registrados nas Listas Nominativas de Habitantes feitas entre 1776 e 1797, procurando traçar um perfil geral destas mulheres; produzir algumas trajetórias de vida que possam exemplificar sua posição na chefia; e compreender a relevância social e econômica desse fenômeno social, presente em diversas outras vilas do Brasil colonial, em Curitiba.

O interesse por estudar este tema provém tanto da não presença da mulher como sujeito histórico na bibliografia clássica produzida sobre o Brasil colonial, quanto da leitura de apanhados de regras e costumes (como é o caso das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*) que influenciavam o funcionamento das sociedades coloniais portuguesas no século XVIII¹. É interessante notar que estes conjuntos de regras são fruto da influência da cristandade na organização da sociedade europeia, e que acabavam, mesmo que nas entrelinhas, determinando lugares específicos para homens e mulheres. Delimita-se desta maneira o âmbito domiciliar como sendo aquele que irá receber a existência da mulher, que nele deverá existir sob o jugo de uma tutela e de um controle patriarcal, em função da garantia da reprodução familiar. A partir deste contexto, espera-se que mulheres não sejam vistas em posições de poder no espaço público, em grande número, durante todo esse período histórico. Estas

informações comparadas com o que se encontrou nas Listas Nominativas de Habitantes, principais fontes desta pesquisa, e em certa bibliografia mais recente acerca do cotidiano colonial, possibilitou o desenvolvimento da problemática desta pesquisa.

A abordagem metodológica da Micro-história será utilizada, levando em consideração o movimento de *mudanças de escala* nos apresentado por Giovanni Levi. Justifica-se esta abordagem por sua capacidade de nos colocar mais próximos dos agentes e de suas escolhas, possibilitando assim, a observação de fenômenos que, se considerados apenas por um prisma mais geral, não seriam percebidos. Ao valorizar apenas a abordagem “macro” histórica, apresenta-se o perigo de concluirmos que toda uma população, ou período histórico, agia da mesma maneira, não existindo movimentos contrários, organizações ou resistências isoladas capazes de formularem outros discursos e outras verdades e de conviver ao mesmo tempo com os discursos gerais – ou pelo menos, com aquele cujo conhecimento foi explorado mais intensamente pelos historiadores posteriores.

Ao mesmo tempo, durante a análise é necessário que não se perca a noção do “todo”, esfera social com a qual esse recorte micro está respondendo e dialogando constantemente. Para isso, esta pesquisa se utilizará de um mecanismo chamado por Giovanni Levi de *mudanças de escala*, para que se relacione os acontecimentos gerais àqueles que foram escolhidos para receberem uma análise mais detalhada. Segundo Levi,

La consideración de la pequeña escala se propone, entonces, como un modo de captar el funcionamiento real de mecanismos que, en un nivel “macro”, dejan demasiadas cosas sin explicar. Y la

¹ Aqui me refiro a obras clássicas da historiografia acerca da formação da nação brasileira, como o

Casa Grande & Senzala, 1933, de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil, 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

insuficiencia de esas explicaciones se puede comprobar en los debates sin salida que, continuamente, nos involucran a todos: El consenso popular de apoyo al fascismo; una clase obrera que ha asimilado la cultura de la burguesía victoriana; un mundo campesino arcaico que debe desaparecer frente al progreso, y temas por el estilo. (Levi, 2003, p. 283)².

A análise do âmbito micro, portanto, teria a capacidade de proporcionar uma série de outras soluções, tornando complexas e mais profundas as respostas que se tem ainda hoje para certas perguntas. Essa tática também permite que não se privilegie um aspecto sobre o outro, o micro em detrimento do macro, por exemplo, relativizando a dicotomia e produzindo uma dinâmica entre essas duas áreas. Isso será importante na percepção das formas utilizadas pelas mulheres para manterem seus domicílios funcionando economicamente, assim como na compreensão do lugar social das famílias que se formavam sob sua chefia.

Com relação ao tratamento que será dispensado às fontes, esta pesquisa pretende efetuar o cruzamento de documentos paroquiais, nos quais apareçam indícios nominais de mulheres chefes de domicílio. A escolha de quantas e quais chefes serão focadas com mais intensidade pela análise será feita durante

o contato com todo o conjunto material, visando principalmente a possibilidade de reconstruir a trajetória de vida dessas agentes. O tratamento com as fontes também seguirá o que é feito na Micro-história italiana tendo como referência o que Carlo Ginzburg propõe: se se está trabalhando com um âmbito suficientemente determinado, a sobreposição de séries documentais para a recriação da trajetória de vida de determinados agentes pode ser feita a partir do nome destes³.

Segundo Ana Maria de Oliveira Burmester, a necessidade de produzir documentos que quantificassem a população nasceu da mudança do modo de governar, que ocorre nos setecentos, período de grande efervescência de ideias, que encontra no Iluminismo sua síntese⁴. Deste movimento de mudança no caráter governamental, surge então o anseio em manter e controlar mais intimamente a população, e para isso, conhecê-la, desenvolvendo métodos burocráticos para quantificar e a organizar em categorias como idade, sexo, condição social, etc⁵. Este tipo de pensamento geral se evidencia em Portugal, durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), em que, por influência da Aritmética Política, de William Petty, decide-se a feitura de documentos quantitativos⁶. Segundo André Luiz M. Cavazzani, a circulação de homens e do comércio pode ter agravado essa necessidade de se conhecer os súditos

² A consideração da pequena escala se propõe, então, como um modo de captar o funcionamento real de mecanismos que, em um nível “macro”, deixam demasiadas coisas sem explicar. E a insuficiência dessas explicações se pode comprovar nos debates sem saída que, continuamente, nos envolvem a todos: O consenso popular de apoio ao fascismo; uma classe trabalhadora que assimilou a cultura da burguesia vitoriana; um mundo campesino arcaico que deve desaparecer frente ao progresso, e temas semelhantes. Tradução minha.

³ GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In _____ . *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

⁴ BURMESTER, Ana Maria de O. *Estado e População – O século XVIII em questão*. Revista Portuguesa de História, t XXXIII, 1999, p. 114. Os desafios que surgem ao se trabalhar com nomes já foram discutidos por diversos autores, como Wrigley (1973), Winchester (1973) e Hameister (2006), entre outros, assim como de que maneira proceder frente a diferentes problemas propostos pela documentação, como ressalta Marques (2011)

⁵ Idem, p. 115.

⁶ CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha*: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 84.

do rei, levando a verificação às colônias. “As Listas Nominativas de Habitantes são, portanto, um acontecimento da metade do século XVIII e em todo o mundo dominado pelo império português.”⁷

Com o crescimento da presença da coroa portuguesa, quem tomou conta disso foram o Estado e a Igreja, que multiplicaram leis, decretos, ofícios, cartas, etc., que tratam deste assunto; a produção de documentos civis, juntamente com os paroquiais, passam a relatar informações mais precisas sobre a população⁸. Na Capitania de São Paulo, a feitura das listas foi aplicada por D. Luiz Antonio de Souza Botelho de Mourão, governador à época, que, de ciência das necessidades da região e das exigências de Pombal, moveu esforços para tanto. Mais especificamente, as preocupações centrais de seu governo eram “a defesa e consolidação da posse dos territórios sulinos, bem como a preocupação com o desenvolvimento econômico da Capitania paulista, refletido em estímulos à produção agrícola de exportação e à dinamização do comércio”⁹, segundo Cavazzani, porém as listas, com o passar do tempo, foram sendo feitas com outros propósitos¹⁰.

Maria Ignês Mancini De Boni afirma, como orientação na produção das listas, foi ordenado em 1765 que o recenseamento dividisse as vilas conforme

a concentração de habitantes em Companhia Militares de Ordenanças¹¹. Desta maneira, Curitiba foi dividida em 1ª e 2ª Companhias da Vila de Curitiba; 3ª Companhia – Freguesia do Patrocínio de São José; 4ª Companhia – Freguesia de Santo Antonio da Lapa; 5ª Companhia – Freguesia de Sant’Anna do Yapó. Na documentação que se entrou em contato não foram encontradas as 4ª e 5ª companhias que, segundo a autora, foram desligadas da Vila de Curitiba, formando suas próprias vilas a partir de 1789¹². Segundo a autora, a coleta de dados era feita pela junção de forças civis, normalmente funcionários locais de Justiça, e eclesiásticas, pois, por ordem real, “cabia aos Bispos pedir aos seus subordinados eclesiásticos que auxiliassem na feitura das listas com informações referentes aos movimentos de batizados, casamentos e óbitos.”¹³. Após a feitura das listas, era elaborado um quadro final da situação populacional da região, ficando uma cópia com as autoridades locais, e outra com as autoridades metropolitanas¹⁴.

Boni comenta que havia uma constante pressão para que a feitura das listas fosse produzida da maneira mais precisa possível, porém estas ordens geralmente não eram acatadas à risca¹⁵. Burmester também aponta para as incoerências entre o que era ordenado e o

⁷ Ibidem.

⁸ BURMESTER, Ana Maria de O. *Estado e População – O século XVIII em questão*. Revista Portuguesa de História, t XXXIII, 1999, p. 115.

⁹ CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 85.

¹⁰ [...] variando de acordo com as décadas em que tais listas foram produzidas, alguns objetivos específicos podem ser destacados na confecção das Listas Nominativas de Habitantes, tais como: a busca pelo conhecimento das potencialidades militares do efetivo populacional da colônia em função das disputas territoriais com a Espanha; o conhecimento da população para melhor

manobra-la de acordo com as conveniências de ocupação do território e, finalmente, uma preocupação de cunho econômico, a busca pelo aperfeiçoamento na arrecadação de impostos Ibidem.

¹¹ BONI, Maria Ignês M. de. *A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas Nominativas de Habitantes – 1765-1785*. 1984, 148 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

¹² Idem, p. 22-23.

¹³ Idem, p. 23.

¹⁴ Idem, p. 25.

¹⁵ Idem, p. 27.

que era produzido, até porque

Os habitantes da Capitania utilizam-se de artifícios para esquivarem-se ao alistamento, ao fato de serem contados, anotados, examinados. Temem, sem dúvida, que tais informações tornem possível sua utilização para a guerra, o trabalho ou o povoamento de terras distantes¹⁶.

Também afirma a falta de população para o trabalho, o exército, a agricultura e o deslocamento para ocupar o território, devido à parca quantia de habitantes na região. Ao citar cartas trocadas entre os representantes do poder, analisando sua preocupação com a população, afirma: “O Estado não cobra apenas a confecção das listas. Analisa-se e exige exatidão, veracidade, além da pontualidade na remessa das mesmas.¹⁷”. Os autores acima citados promovem em seus trabalhos uma crítica às Listas Nominativas: Boni afirma que a coleta dos dados não foi feita da mesma maneira para as cidades e para as localidades mais afastadas, e também não seguiu à risca as recomendações enviadas em 1765, listando uma série de exigências e descrevendo as informações encontradas nas listas, comparando-as¹⁸. Também comenta que nem todos os documentos produzidos à época seguem um mesmo padrão, mesmo que continuem fugindo do que era exigido, e muito material pode ter se perdido. Isso pode ser verificado, pois nove das 26 listas encontradas para o período de 76 a 97 estão com a primeira e a segunda companhia, enquanto o restante só possuem uma das duas.

A autora fala que, muitas vezes, a inexatidão acontecia por algumas famílias

terem duas casas, uma na área urbana, outra no campo, e então alguns familiares eram anotados nas listas duas vezes, ou nenhuma, etc. Mesmo com as falhas, a autora afirma que as listas são “os únicos documentos referentes à população curitibana do período pré-estatístico¹⁹”. Cavazzani, após fazer uma revisão de alguns trabalhos que utilizam-se de listas nominativas como fonte, reconhece suas limitações, porém ressalta suas potencialidades:

Por fim, não é demais retomar que, se os censos coloniais apresentam restrições eles encerram, inegavelmente, uma riqueza de enorme proveito para o pesquisador. Com a devida crítica, suas variadas informações podem ser constituídas em séries, indicando tendências. Permitem ainda, noutra perspectiva: que se identifiquem sujeitos; que a estrutura domiciliar e suas variações sejam avaliadas longitudinalmente ao longo do tempo; que processos de mobilidade, em várias esferas, sejam recobrados; que trajetórias de vida, enfim, sejam recuperadas²⁰.

No caso desta pesquisa, as Listas Nominativas foram de fundamental importância pois possibilitaram a construção da problemática – quem eram as chefes de domicílio? como elas se mantinham nesta posição? -, além de promoverem a problematização da quantidade de habitantes, quando se compara os dados entre diferentes anos e com o que se apresenta na historiografia (movimentos de chegada e saída de homens), o que pode auxiliar na investigação das chefes no que diz respeito ao momento em que assumiram o cargo;

¹⁶ BURMESTER, Ana Maria de O. *Estado e População – O século XVIII em questão*. Revista Portuguesa de História, t XXXIII, 1999, p. 125.

¹⁷ Idem, p. 126.

¹⁸ BONI, Maria Ignês M. de. *A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas Nominativas de Habitantes – 1765-1785*. 1984, 148 f. Dissertação

de Mestrado, Universidade Federal do Paraná p. 27.

¹⁹ Idem, p. 36.

²⁰ CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo p. 93.

estas oportunidades serão elaboradas e verificadas mais atentamente durante a feitura da dissertação.

Outra grande contribuição das listas é no sentido de localizarem estas chefes, e suas famílias, no tempo e no espaço: é nas listas que posso verificar em que bairro elas estavam, inferir possíveis vizinhanças, mesmo que não se tenha meios para localizar os bairros em um espaço geográfico mais aproximado e condizente com Curitiba atual. É nelas também que verifico a formação familiar na qual elas faziam parte, e a partir disso, posso investigar as redes de relacionamentos e parentescos em outros documentos; além de verificar de que atividade sobreviviam, se possuíam ou não bens e seu estado civil e a posse ou não do título de Dona. Estes dados sozinhos, dada a historicidade das fontes aqui ressaltada brevemente, não responderiam a pergunta da pesquisa por completo. Há de se admitir suas limitações, e por isso volto-me para documentos produzidos pela Igreja católica na época, como livros de batismos, matrimônios e óbitos, assim como pretendo procurar testamentos, processos judiciais, entre outros documentos que possam auxiliar no aprofundamento da investigação destas mulheres. Nesse sentido, para a confecção da dissertação, serão utilizados livros paroquiais, disponíveis no site www.familysearch.org. A princípio, decidiu-se selecionar os livros de batismo que cobrem os anos de 1764 a 1800, os de matrimônio de 1762 a 1801 e os de óbitos de 1766 a 1816. Será feito, a princípio, a seleção de algumas chefes para posterior verificação das mesmas nos outros documentos, e assim se aproximar das ditas.

A bibliografia mais recente sobre a sociedade das colônias portuguesas, identifica a expressão e a influência de mulheres coloniais na organização da vida cotidiana e familiar, através de várias maneiras, como o compadrio e as relações de amizade e solidariedade, já

mencionadas. Esses entre outros meios de convivência entre elas poderiam provocar, em tese, a distinção de algumas em relação à outras, no que diz respeito a construção de certo prestígio local – o que leva à inferir na existência de trajetórias diversificadas dentro deste grupo, condicionadas a partir do contexto em que se encontravam, e das táticas que estavam ao seu alcance. Indício disso é a bibliografia acerca das chefes de domicílios, fenômeno que ocorreu com certa expressão na segunda metade do século XVIII.

A chefia feminina de domicílios é algo recorrente na segunda metade do século XVIII, não apenas no meridiano sul, mas no nordeste e no centro oeste do território também, segundo bibliografia. Ainda não se tem muitos estudos os quais seu enfoque seja este tema, porém o que se compreende é que, além de ser uma condição possível de se encontrar, era algo que poderia exprimir certo status diferenciado dentro da configuração social local. Sobre o teor deste status, sua relevância e expressão ainda não se sabe muito, e é o que se pretende investigar durante a pesquisa.

A partir dessas considerações, se mostra necessário explicar brevemente acerca do sujeito principal desta pesquisa, direcionando o olhar para os dados já coletados a fim de relacioná-los com a historiografia recente sobre mulheres chefes de família. A mulher enquanto sujeito histórico só começou a aparecer na historiografia dentro âmbito da História Social, e mais proeminentemente a partir de meados do século XX; no Brasil, a partir da década de 1970. Como afirma Maria Beatriz Nizza da Silva:

Para que a História da Mulher tivesse condições para começar a ser escrita no Brasil foi primeiro necessário que a Demografia histórica, a História social e a História da Família operassem uma verdadeira revolução documental, procurando as suas fontes menos

nos arquivos públicos e mais nos arquivos eclesiásticos. Quando estes passaram a abrir suas portas aos pesquisadores, ali foi encontrada uma documentação relacionada com a vida cotidiana das populações: registros de batismo, casamento e de óbito, dispensas de casamento para aqueles que pretendiam contrair matrimônio com parentes, processos de separação entre casais, devassas em relação àqueles que viviam em concubinato, (...) ²¹.

Nos anos 1990 foram publicados três livros importantes sobre a história da mulher do centro-sul a partir dos setecentos, a saber, *Quotidiano e o poder em São Paulo no século XIX* de Maria Odila da Silva Dias, *Honradas e devotas* de Leila Mezan Algranti e *Ao sul do corpo* de Mary Del Priore; estas obras buscavam perceber a ação das mulheres para além das normas, suas condições e dificuldades vividas no cotidiano, permitindo o desenvolvimento de pesquisas que abordassem a vida íntima e as relações entre mulheres e trabalho, mulheres e estado, mulheres e maternidade, entre outras ²². Recentemente, o livro *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa* foi organizado na intenção de contribuir para

o debate questionando estereótipos atribuídos às mulheres da colônia pela historiografia anterior (como os da mulher submissa, enclausurada ou devassa), trazendo textos de Ana Silva Volpi Scott, Martha Daisson Hameister, Nathan Camilo, André Luiz M. Cavazzani, entre outros. Os temas abordados na obra foram a agência pública feminina, práticas de nomeação, maternidade, imigração, feitiçaria, dentre outros. Mesmo assim, pouco se escreveu sobre as chefes de família da região de Curitiba até agora, o que tende a direcionar o olhar para trabalhos que falam de outros lugares ²³.

Na dissertação de Ana Cecília Farias de Alencar, por exemplo, procurou-se

perceber a atuação das mulheres “Donas” e viúvas nos Sertões de Quixeramobim, Capitania do Siará Grande, que ao adquirirem o direito de administrar seus próprios patrimônios herdados de seus falecidos maridos, podiam então, assumir a posição de cabeça de casal, antes restritas a eles. ²⁴

Enquanto Alencar está trabalhando no nordeste com mulheres que pertenciam a famílias de uma certa

²¹ SILVA, Maria Beatriz N. da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 81.

²² ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia* (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) 1992, 369 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo; PRIORI, Mary D. *Ao sul do corpo – Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 358p; [DIAS, M. O. L. S.](#) *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 198p. A segunda edição de Dias foi publicada em 1995. As três autoras aqui citadas possuem longa carreira acadêmica, produzindo e orientando trabalhos no âmbito das sociabilidades e da história da mulher, por isso entendidas aqui como importantes influenciadoras dentro da história da mulher setecentista.

²³ Neste mesmo livro, o artigo de Denize Terezinha Leal Freitas e Jonathan Fachini da Silva, *Sobre as Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no extremo Sul* (Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822), traz números muito interessantes sobre a chefia feminina, porém não aprofunda na questão.

²⁴ Este trecho é parte do resumo não paginado da dissertação; Sobre a definição de “dona”: “Na sociedade colonial, a diferenciação social alcançou as mulheres por meio do título de “Dona”. Segundo Nizza da Silva, o título de Dona era incorporado ao nome da mulher pela via masculina, seja adquirida de pais ou avôs, ou através do matrimônio (NIZZA DA SILVA, 2002, pp. 64-65).” ALENCAR, Ana Cecília Farias de., *Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim (1727-1822)*. 2014, 151 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, p.28.

nobreza e que foram pioneiras no processo de colonização da região, a atual pesquisa ainda não teve a oportunidade de verificar a ascendência das mulheres as quais o título “dona” foi atribuído; há também uma escassez de trabalhos inteiramente dedicados ao tema na vila de Curitiba dos setecentos.

Até o momento, percebeu-se nos documentos selecionados três mulheres “donas”: Dona Maria Paes dos Santos, 65 anos, viúva, moradora do Bairro do Passaúna, que aparece pela primeira vez na lista nominativa de 1791 em posse de 12 escravos; Dona Rita Ferreira Buena, mulher do Sargento mor Francisco Xavier Pinto, que batiza Luciano inocente e exposto em 14/02/1789; e Dona Izabel de Borba, solteira, madrinha de Francisca inocente, em 05/04/1789²⁵. Das três, apenas Dona Maria Paes era chefe de família e nos interessa no momento²⁶. Apesar disso, percebe-se que algumas chefes de família que não possuíam o título de “dona” dispunham de escravos ou animais²⁷; como por exemplo o caso de Joana Cardoza, viúva de 38 anos, que morava com seu filho Francisco, 14, e possuía 4 vacas e 1 escravo²⁸; ou mesmo Maria das Neves, possivelmente viúva, 65, que morava com 6 filhos e mesmo assim possuía 4 escravos²⁹.

Sobre a posse de bens por

²⁵ O trabalho de Alencar contribuirá no trato das viúvas e também caso se encontre alguma chefe solicitando sesmarias, pois “A presença de mulheres administradoras de heranças, como a viúva Leonor nos sertões de Quixeramobim, foi uma realidade. Elas apareceram solicitando terras sozinhas ou acompanhadas, solteiras ou casadas, filhas ou mães. Segundo Nizza da Silva (2002), elas estavam presentes em todo o Nordeste.” Idem, P. 24.

²⁶ Através das listas nominativas percebe-se que Maria Paes dos Santos é a única “dona” que era também chefe; esta pesquisa se desenvolverá na análise de chefes viúvas, casadas e solteiras que não possuíam este título, ou seja, que, em tese não faziam parte de famílias abastadas. Para localizá-las no âmbito econômico se utilizará da metodologia desenvolvida por Rachel da Silva Marques em sua tese de doutorado *Para além dos*

mulheres, Nizza da Silva ressalta que seria na viuvez ou quando se entrasse com processos de divórcio que a mulher poderia obter o direito legal de uso sobre os seus bens³⁰. Acerca do dote, sabe-se que normalmente ele constituía a parte da herança familiar que pertencia à filha legítima do casal, e que era oferecida na hora do casamento de maneira a assegurar o futuro desta. Partindo disso, posse de um escravo por Izabel Pinta, solteira, é mais um fator que vem a instigar e motivar a investigação destas mulheres. A concentração de escravos nas mãos das chefes de casa foi algo que cresceu quanto mais se aproximou da última década do século, o que levanta o questionamento acerca da intensidade desta diferenciação entre as Donas e não Donas, e em que âmbito de suas vidas isso se destacava de maneira mais evidente – se na posse de escravos, se na frequência em que batizavam e amadrinhavam casamentos, ou outros mecanismos de influência que por ventura elas se utilizassem. Dito isto, é necessário situar esta pesquisa em relação ao campo da História Social e dos estudos de gênero. É notório a possibilidade de diálogos entre esses dois campos e, como traz Carla Bassanezi Pristin, algumas das potencialidades dos estudos sobre as definições do gênero no tempo e no espaço é sua capacidade de provocar inquietações e apurar olhares no

extremos: Homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 c. 1800), de 2016.

²⁷ Segundo Cecília Westphalen, 1991 (apud. Cacilda Machado, 2006, p. 288) em 1772 a região de Curitiba contava com 7.627 pessoas, sendo que 1.712 delas (22,4%) eram escravos; após o levantamento de dados nas listas nominativas disponíveis, observei que há uma variação na porcentagem das chefes de família entre 9,27% em 1777 e 26,03% em 1792.

²⁸ Lista nominativa do ano de 1776 – 1º cia, p. 07.

²⁹ Lista nominativa do ano de 1778, bairro “Barigui desta parte”, p. 34.

³⁰ SILVA, Maria Beatriz N da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 99.

que diz respeito às formações sociais, promovendo a percepção de ações diferenciadas e da crítica à construção do saber da disciplina de História³¹.

Estas potencialidades serão exploradas nesta pesquisa, porém, não se fará uma análise aprofundada e específica da formação do gênero feminino em relação ao gênero masculino, nos setecentos, uma vez que aquilo que aqui se propõe é compreender a posição das mulheres como chefe de domicílios, assim como investigar acerca de suas táticas para se manterem como sendo esta referência.

Referências

- ALENCAR, Ana Cecília Farias de., **Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim (1727-1822)**. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: Mulheres da Colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822)** 1992, 369 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- BONI, Maria Ignês M. de. **A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas Nominativas de Habitantes – 1765-1785**. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 1984.
- BURMESTER, Ana Maria de O. **Estado e População – O século XVIII em questão**. Revista Portuguesa de História, t XXXIII, 1999.
- CAVAZZANI, André Luiz M. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830)**. 357 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2013. [DIAS, M. O. L. S. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX](#). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In _____. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz N. da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- PINSKY, Carla B. **Estudos de gênero e História Social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17[1]: 296, jan/abril 2009.
- PRIORI, Mary D. **Ao sul do corpo – Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

³¹ PINSKY, Carla B. Estudos de gênero e História Social. Estudos Feministas, Florianópolis, 17[1]: 296, jan/abril 2009.